

O TAMBOR PRA NÓS NEGROS É UMA SEGURANÇA DE VIDA

O tambor de crioula como instrumento de luta e resistência do território quilombola Santa Rosa dos Pretos¹

The drum for us blacks is a safety of life: The creole drum as an instrument of struggle and resistance in the quilombola territory Santa Rosa dos Pretos

EL tambor para negros nosotros es una seguridad de vida: El tambor criollo como instrumento de lucha y resistencia en el territorio quilombola Santa Rosa dos Pretos

Joércio Pires da Silva

Graduado em Pedagogia da Terra - Territórios da Cidadania pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/BACABAL); Mestrando em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA
8leleco8@gmail.com

Dayanne da Silva Santos

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Mestranda PPGCS-UFMA.
lavignedayanne@gmail.com

Cíndia Brustolin

Doutora em Sociologia - UFRGS/ professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA
cindiabrustolin@gmail.com

Resumo

O tambor pra nós negros é uma segurança de vida: o negro não poderá se separar da sua maior herança; o tambor é uma afirmação da nossa identidade”. Mesmo diante das marcas do sistema escravista, as comunidades quilombolas mantiveram vivas todo um sistema de usos e costumes, que fazem parte de suas culturas e contribuem para a manutenção do território étnico. Buscamos neste artigo mostrar a importância do tambor de crioula como instrumento de luta e resistência em Santa Rosa dos Pretos frente a chegada de grandes empreendimentos na comunidade. Neste sentido, evidenciamos que “ninguém resistia ao que o negro resistiu, branco nenhum resiste, não é à toa que você toca tambor a noite inteira e você não sente nada.

Palavras-Chave: conflitos territoriais, manifestações culturais, identidade, Santa Rosa dos Pretos.

¹ O artigo aqui apresentado consiste numa versão modificada da discussão realizada no trabalho de conclusão do curso de graduação em Pedagogia da Terra: PIRES, J. **TAMBOR NÃO É SÓ TRADIÇÃO, É TAMBÉM FORÇA E RESISTÊNCIA:** o Tambor de Crioula como instrumento de formação no Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos. Curso de Pedagogia da Terra, UFMA, Bacabal, 2017, 59 páginas. Uma primeira versão também foi apresentada no I Colóquio Internacional: religiões ontem e hoje. Abordagens Antropológicas e Psicanalíticas, UFMA, 2017.

Abstract

The drum for us blacks is a security of life: blacks cannot separate themselves from their greatest heritage; the drum is an affirmation of our identity". Even with the marks of the slave system, quilombola communities kept alive a whole system of uses and customs, which are part of their cultures and contribute to the maintenance of ethnic territory. In this article we seek to show the importance of the creole drum as an instrument of struggle and resistance in Santa Rosa dos Pretos in view of the arrival of large enterprises in the community. In this sense, we show that "no one resisted what the Negro resisted, no white one resisted, it is not for nothing that you play the drum all night and you feel nothing.

Keywords: territorial conflicts, cultural manifestations, identity, Santa Rosa dos Pretos.

Resumen

El tambor para nosotros los negros es una seguridad de vida: los negros no pueden separarse de su mayor herencia; el tambor es una afirmación de nuestra identidad ". Incluso con las marcas del sistema esclavista, las comunidades quilombolas mantuvieron vivo todo un sistema de usos y costumbres, que son parte de sus culturas y contribuyen al mantenimiento del territorio étnico. En este artículo buscamos mostrar la importancia del tambor criollo como instrumento de lucha y resistencia en Santa Rosa dos Pretos ante la llegada de grandes empresas a la comunidad. En este sentido, mostramos que "nadie resistió lo que resistió el negro, nadie resistió, no es por nada que tocas el tambor toda la noche y no sientes nada.

Palabras clave: conflictos territoriales, manifestaciones culturales, identidad, Santa Rosa dos Pretos.

Introdução

Não há fé, sem obra... [...] Oioi... Quem sou eu, quem é vocês, quem sou eu? Minha virgem do Rosário, é madrinha de João, batizado não me deu, e diz lá quem é pagão... Oioi... Quem sou eu, quem é vocês, quem sou eu? Por apelido me chama Benedito Laborão, quebro coco sem machado, tiro leite sem pilão, quem sou eu.. quem é vocês, quem sou eu?²

O Tambor de Crioula é fortaleza que se ergue permanentemente na consolidação de espaços de autonomia. É música, é dança, é brincadeira, é pagamento de promessa, é comunicação, é luta. Joia lapidada em processos de resistência e de luta que se forjaram durante os fluxos de irmandades no sistema escravista, faz parte dos baús de "riquezas de Santa Rosa". Como diz Seu Libânio, "a gente tem história, a gente tem a cultura, não desprezou, não largou ... morreram, apanharam, mas não largaram. Essa é a riqueza de Santa Rosa, porque também, se não fosse ela, com certeza, não estávamos aqui"³.

É arma poderosa nos processos de afirmação identitária e territorial. Presente em protestos, ocupações, fechamentos de ferrovias, destacamos, nesse trabalho, o Tambor de Crioula como Tambor de Luta – procurando estabelecer uma relação entre arte, política e cidadania negra. Para isso, exploramos o Tambor durante a ocupação de um trecho da ferrovia Carajás (da empresa Vale S.A.) em 2014 por quilombolas da região do Vale do Itapecuru, no

² Ladainha cantada por Libânio Pires, importante lideranças de Santa Rosa dos Pretos, mestre do Tambor, fundador da associação de produtores rurais de Santa Rosa. Documentário: Guardiões de Santa Rosa, 2016.

³ Documentário: Guardiões de Santa Rosa, 2016.

Maranhão. A ocupação durou mais de uma semana e envolveu quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e de outras comunidades de Itapecuru-Mirim.

Vivemos hoje, ameaçados, estamos num chamado corredor da morte, se vai pra frente tem essa estrada, se vai pra traz tem a ferrovia, mais pra frente tem linhões e mais adiante outra ferrovia, não temos mais pra onde ir, sem contar as fazendas dentro de nosso território, as áreas de produção foram destruídas, nossa lavoura diminuiu, na hora que nosso povo cresceu, o que vamos fazer? Estamos a mercê da situação, tá difícil! (Anacleto Pires, entrevista dada em 17 de junho de 2017)

Desde o início da década de 1950, quando os quilombolas de Santa Rosa dos Pretos perderam o domínio das terras deixadas em testamento pelo Barão para os moradores que lhe serviram como escravos, teve início um processo crescente de expropriação territorial, fazendeiros se estabeleceram no território e uma série de estruturas logísticas de escoamento de produtos para exportação (estradas de ferro, estradas rodoviárias, linhões de energia) foram instalada no local e provocaram a expropriação de boa parte do território negro. As áreas expropriadas correspondiam a espaços de roça, lugares de pesca, caça e outras formas de extrativismo comunitário e práticas religiosas. Essa entrada de fazendas e de estruturas ligada a grandes empresas no território, geraram perdas irreparáveis para a reprodução social e cultural das famílias negras. O cenário que começa a se redesenhar neste período é assim descrito:

Olha aqui hoje a gente tá vendo umas curiquinha passar aqui cantando “querequere”. Meu amigo quando era uma hora dessa aqui você ficava quase surdo de tanto ver pássaro cantar para tudo quando era lado, mas que maravilha naquela época. Toda hora tava vendo, como é hoje... Pra você tá vendo... comezinho se você não tiver com um dinheiro você não compra. [...] Aqui você fazia uma casa não tinha necessidade disso. Rapaz bem aí ainda tem um pedaço de pau, por aí... Ele tá bem aí. Não sei nem quantos anos tem esse pedaço de pau. Aqui pra gente fazer uma casa, o esteiro desse que tinha naquela época... Era esteiro para tirar até cem anos, esse pedaço que tá por aí assim. (Libânio, entrevista realizada em 2015).⁴

Desde então, uma luta incessante é travada pelos moradores no intuito de se manterem no território e retomarem áreas sob posse de fazendeiros, recuperarem igarapés e áreas de roça. A luta construiu-se a partir de múltiplas estratégias e engajamentos: com setores da igreja católica, do movimento negro (como o Projeto Vida de Negro), a formação de entidades quilombolas (como a ACONERUQ e a UNIQUITA), com movimentos e entidades ligadas à discussão da autonomia na mineração, com ocupações de prédios públicos e o fechamento de estradas.

⁴ A entrevista e uma breve discussão sobre esse momento anterior à chegada dos empreendimentos é discutida em: BRUSTOLIN, C. ANJOS, J.C.G. SANTOS, D. Um corredor para exportações: o território de santa rosa dos pretos nas v(e)ias abertas da mineração in S'ANTANA JUNIOR, H. TEISSERENC, M.J. BRUSTOLIN, C. Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luis: EDUFMA, 2018.

Em 2005, foi instaurado o processo de regularização fundiária do território de Santa Rosa no INCRA, com o objetivo de reincorporar espaços territoriais perdidos. Três anos depois, foi publicado o Relatório de Identificação e Delimitação Territorial (RTID) dando visibilidade ao território requerido. Em relação a esse relatório, foram apresentadas sete contestações contra a delimitação requerida no processo administrativo. Uma das contestações, foi apresentada pela empresa Vale S.A, em 2008, em primeira instância administrativa e logo após em segunda, impedindo que o processo de regularização fundiária avançasse. Em função das contestações, um acordo entre a empresa e duas comunidades foi firmado em 2012, quando representantes da comunidade conseguiram descobrir que o processo estava parado devido à manifestação feita pela Vale S.A. à delimitação territorial. Com o apoio de uma série de outros atores sociais (como MPF, Justiça nos Trilhos), lideranças quilombolas começam a pressionar a empresa: ações judiciais, protestos e, por fim, um acordo. Mesmo com o acordo, cumprido pelos quilombolas e descumprido pela empresa, o processo de regularização fundiária não ganhou dinamicidade dentro do INCRA. Ocupações, protestos, idas insistentes ao INCRA marcaram cada passo em frente dado pelo processo. Destacamos aqui uma dessas situações de protesto – a ocupação da ferrovia em 2014 e a presença do tambor.

Como destaca Porto Gonçalves (2014, p. 151), “bloqueio de vias públicas, ocupações de prédios públicos, protestos, caminhadas, passeatas, barqueatas, marchas, jornadas de lutas, feiras, festas, encontros, vigílias, romarias, celebrações, etc.” tem crescido no país em busca de demandas agrárias e de direitos sociais. No território de Santa Rosa dos Pretos, quando ocorrem essas manifestações, e nas ocupações de protestos que os quilombolas de Santa Rosa participam, é relevante dizer que os atos estão sempre acompanhados pelos tambores, como, por exemplo: na ocupação do Prédio do INCRA-MA, em 2015; no fechamento da BR 135, no dia 17 de abril 2016, quando a tropa de choque da PRF (Polícia Rodoviária Federal) soltou bomba de gás e a comunidade enfrentou tocando tambor. Tambor esse que não tem caráter nem de festa, nem de brincadeira, mas de luta. Na rodovia ocupada, as pessoas se encontravam sérias e com a revolta expressa em seus olhares, em seus versos e em suas músicas, na sua dança, no seu toque. Um tambor de enfrentamento direto.

Ocupação na Ferrovia – espaço público, “tocado a murro e dançado a coice”

De 23 a 27 de setembro de 2014, cerca de 500 moradores do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos encontravam-se às margens da ferrovia Carajás, na altura do km 81,

junto de moradores dos territórios quilombolas vizinhos para reivindicarem seus direitos e demandas asseguradas por lei. Sabendo que a empresa VALE S.A “estava com os pés em cima dos processos” de titulação dos territórios das comunidades quilombolas, a manifestação tinha por objetivo chamar atenção do Governo Federal para o (não) andamento dos mesmos. Carregando faixas, cartazes e uma carta de reivindicações, o grupo iniciou a ocupação dos trilhos.

Na carta, as demandas indicavam a morosidade dos processos, a falta de técnicos e da expedição de portarias e decretos, e colocava a exigência de transparência na Consulta Pública prevista no PBA-Vale, conforme podemos ver abaixo:

1. a realização de concurso público para atender a política de regularização fundiária de quilombos;
2. assinatura dos decretos que permitirão desapropriações de imóveis rurais abrangidos pelos territórios de Charco e Santa Rosa dos Pretos e Conclusão dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) pendentes com respectiva garantia de recurso para viabilizar a execução nas comunidades ainda não realizado;
3. desapropriação da Fazenda Aras/Ponta da Areia, Quilombo Santa Maria dos Pinheiros (Itapecuru-Mirim); reconhecimento do Quilombo Monge Belo (Itapecuru) e do Quilombo Alcântara (Alcântara);
4. atuação mais célere por parte da Procuradoria Regional do INCRA/FCP na defesa das comunidades de quilombo em conflito;
5. garantia de aporte financeiro para execução do procedimento licitatório que está sendo realizado pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) com vistas à contratação de antropólogos;
6. defesa judicial nas ações possessórias que envolvam comunidades quilombolas como regra estabelecida no decreto 4.387/2003;
7. que o procedimento de Consulta Prévia estabelecido sobre o PBA/VALE/EFC CARAJÁS seja transparente e que garanta o protagonismo por parte das comunidades envolvidas, inclusive com a realização de oficinas sobre a finalidade e o alcance deste procedimento e que as decisões tomadas por cada território seja soberana (Pauta de Reivindicações, Ocupação Trilhos, 2014).

Nas margens da ferrovia, as noites eram longas e frias, enquanto os dias eram extremamente quentes. Debaixo do mangueiral que dava acesso a toda aquela manifestação, ora para tomar água, ora para articular os próximos passos do movimento, as pessoas se revezavam em grupos organizados aleatoriamente para ocupar os trilhos e, assim, impedir a passagem do trem. Em cima dos trilhos, foram construídos barracos de palha que abrigavam os manifestantes do extremo calor e do contato com o sol.

Enquanto isso, dezenas de mulheres, com o apoio de alguns homens, trabalhavam incansavelmente na casa de cozinha para preparar a alimentação dos manifestantes. Desde cedo, com o café, até a noite, com o jantar, eram preparados em média cinco refeições por dia, com cerca de 600 bandecos ou lanches em cada uma. Essa equipe trabalhava dia e noite sem

parar, demonstrando o quão relevante era esta manifestação para todos os presentes e seus “territórios”. A manifestação representa desta maneira, uma resposta ao descaso dos órgãos responsáveis por desenvolver políticas públicas para as comunidades e tencionava a empresa para o cumprimento das normas e para o respeito com as comunidades.



Foto1: <https://www.paulinas.org.br/familia-crista/pt-br/?system=news&id=7743&action=read>



Foto 2: *acampamento dos manifestantes encima da ferrovia (arquivo Santa Rosa dos Pretos)*

Personagens centrais do evento de paralisação, os tambores estavam presentes em todos os momentos. Durante o dia, ficavam tomando sol para aquecer o couro e ora, ou outra, eram tocados. Com o cair da noite, no entanto, o tambor era quem aquecia o povo. Em alguns momentos, cantando e dançando, em outros, protestando através de músicas e toadas, o tambor foi e é muito relevante nos processos de resistência e insurgência popular dos grupos afrodescendentes. Desde seu primórdio, na época da escravatura, quando era usado para despistar os senhores, enquanto os negros se organizavam para fugir das fazendas, até os dias atuais, onde é usado como instrumento de (re)afirmação identitária, opera como instrumento de luta e organização social, tanto para o enfrentamento nas ocupações dos “espaços públicos”, como nas manifestações populares. É importante dizer que não só o Tambor de crioula, mas também o Tambor de Mina, a Dança do Coco, o Bumba-meu-boi faziam parte do chamado “aquecimento da noite”, assim dando continuidade as apresentações, e ânimo para os presentes.

O Tambor de Crioula é pensado aqui como parte das expressões artísticas, como a música e a dança, que emergiram da cultura dos escravizados, permitindo a abertura de espaços para as liberdades políticas formais constantemente negadas no cotidiano e silenciadas nos documentos (Santos, 2002). De acordo com Gilroy (2001), “a arte se tornou a espinha dorsal das culturas políticas dos escravos e de sua história cultural”. Quando pensamos o tambor mais profundamente, sem dúvidas, podemos analisar as relações entre arte e política que estão presentes no seu acontecimento, desde o fazer, até a forma do brincar e protestar, passando por uma série de espaços da comunidade e das esferas públicas, permitindo a expressão nas músicas e danças da liberdade e dos direitos negados.

É preciso salientar que acerca de 20 metros, bem próximo do local escolhido para acontecer a ocupação, onde o tambor ecoava todas as noites, passa o igarapé do Simaúma. O Simaúma era a principal fonte de alimentação das pessoas do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, antes da passagem da ferrovia, na década de 80. Nas suas águas, os moradores pescavam para alimentar sua família e na maioria das vezes distribuíam peixe entre os vizinhos e amigos, num processo muito comum de troca de alimentos na comunidade. Para a construção da ferrovia, foi feita uma passagem de nível de concreto bem em cima do igarapé, o que eles chamam de “barragem de concreto”. Essa passagem ou barragem diminuiu o fluxo das águas, impedindo a subida dos peixes que vinham do campo para a cabeceira do igarapé (parte aonde a população pescava), assim, ano após ano, os córregos que se originavam do Simaúma foram diminuindo e o peixe foi ficando mais escasso. Hoje em dia só sobe peixe

quando chove muito no período das chuvas e o igarapé que não secava de forma alguma, no meio do verão, agora dá poeira. Então esse é um dos motivos pelo qual a comunidade escolheu aquele local e um dos motivos pelo qual protesta. Portanto, ponto estratégico dos moradores, no que tange ao enfrentamento a ações “maliciosas” da VALE S.A.

No relatório antropológico do território de Santa Rosa dos Pretos, de 2008, os relatos acerca do Simaúma já estavam presentes.

O Simaúma desemboca no igarapé Pacová. Antigamente, este satuba “dava muito peixe”. Os peixes eram salgados e duravam muitos dias. Hoje em dia o peixe “ficou pouco” devido à barreira de concreto construída pela Cia. Vale. Os peixes não tem mais como transpô-la e, atualmente “só se pega peixe quando o inverno é muito grande”(LUCCHESI, F. Relatório Antropológico de Identificação de Santa Rosa, Itapecuru-Mirim, São Luis, 2008).

A situação agravou-se mais ainda com a recente duplicação da estrada de ferro. A execução do projeto S11d da Vale S.A., que projeta a exploração de novas minas de ferro no Pará, prevê também a duplicação do sistema de escoamento do mineral, como a duplicação da estrada de ferro Carajás. Num acordo realizado entre a empresa e comunidades quilombolas da região, uma das determinações à empresa era de recuperar o sistema hídrico, o que não aconteceu ainda.



Foto 3: Toque de tambor sobre os trilhos. Arquivo Santa Rosa dos Pretos.

Hora do embate

Entre o terceiro e o quarto dia de manifestação, a empresa deu entrada no processo de reintegração de posse da área ocupada. Por volta das 11:30 da manhã, o oficial de justiça veio

com a intimação em mãos para dar ao povo, procurando um líder da manifestação, mas não havia um líder, todos ali eram responsáveis pelo ato, então o povo não saiu e no mesmo dia os Advogados da FETAEMA⁵ deram entrada na anulação do pedido de reintegração de posse, assim a manifestação continuou.

Mesmo com várias tentativas da empresa de “conversar” ou de judicialmente dar fim ao protesto, os manifestantes definiram que não queriam conversa com os representantes da Vale naquele momento⁶, e que a conversa seria com o Governo Federal, órgão definidor e grande responsável pelas questões fundiárias, através do INCRA e da FCP, únicos que poderiam fazer algo a respeito das reivindicações contidas na carta. Acerca de 20 metros, foi feito um cordão **de isolamento** na estrada que dava acesso a área ocupada. O acampamento isolado ficava sobre vigília do povo, assim só entravam naquele espaço quem fosse bem-vindo ou convidado para participar. Desse modo, aquelas pessoas que eram “estranhas” ou que ninguém conhecia, não tinham a entrada permitida pelos vigias e assim não podiam ocupar aquele espaço.

Importante lembrar que a comunidade por anos tentou um processo de diálogo com a empresa, sem sucesso, como relatado por Anacleta:

isso na época a gente já tentava conversar com a VALE, só que assim, a VALE, ela foi muito complicada, eles não conseguiram, se hoje num é, já no... vamos dizer assim em 2012 ou 2011 que tivemos o primeiro contato com a VALE, um dos primeiros contatos para estar intermediando desde 2005, com a presença do Ministério Público Federal, só agora em 2011 que a VALE se abriu mais um pouco. Passou de 2005 até 2011 o pior dragão da vida, então foi muito tempo não é ... de 2005 até 2011 somando dá 6 anos pra se ter alguma coisa. Agora com a presença do Ministério Público Federal foi difícil ...imagina com nós... há 30 anos atrás... como não era! Ai mesmo que eles não ouviam, então parece que foi pior na época ... eles se instalaram dentro da comunidade, fizeram mesmo foi invadir, colocaram esses trilhos ai, só pro prejuízo da gente, porque é morte, a gente fica até triste quando vai pra esse lado, porque já perdemos vários companheiros aqui do quilombo lá... o trem e sem nenhum respeito, tudo para VALE o que morre na ferrovia é bêbado (Anacleta, liderança, 29 de fevereiro de 2015).

Algo interessante de ser contado, é que, por volta do terceiro dia de ocupação, um helicóptero sobrevoava a área. Ao ver o helicóptero aqueles que estavam sobre os trilhos começaram a gritar, chamando os outros manifestantes. Nisso muitas pessoas saíram debaixo do mangueiral em que estavam abrigadas para ocupar a ferrovia. A partir daquele momento, o helicóptero não voltou mais. Acredita-se que dentro do helicóptero havia pessoas do alto escalão da empresa e que frente à quantidade de manifestantes ficaram receosos. Fato é que o

⁵Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado do Maranhão

⁶Por definirem que sua conversa, seria direto com o Governo Federal.

episódio gerou uma “conversaria” bem grande entre o povo e fez crescer a vontade de enfrentamento: “já botamos helicóptero pra correr imagine se vier gente que nós não queremos”.

Outro fator relevante foi a presença dos estudantes da escola Elvira Pires⁷, que durante os cinco dias de ocupação estiveram lá segurando cartazes, jogando bola, brincando, e assim participando desse momento impar na história do território. Foram inúmeros episódios marcantes, uns com mais, outros com menos importância. Como afirma vô Libânio: “o que se sabe é que, valeu apenas, pelo simples fato de unir todos com um intuito coletivo e uma perspectiva de mudança”.

Greve de fome

No quarto dia de ocupação, já cansados de esperar e sem nenhuma resposta de diálogo por parte do Governo, mesmo com a comunicação direta pelos celulares⁸, os manifestantes decidiram entrar em greve de fome, atribuindo a responsabilidade do que pudesse acontecer aos mesmos, já que eles não estavam assumindo suas responsabilidades. Os grevistas estavam todos amarrados uns aos outros por uma corda. Em momentos cantavam, em outros faziam um silêncio profundo, mas na maioria das vezes estavam prosando e jogando conversa fora. Assim a greve perdurou ainda por um dia terminando depois da chegada dos representantes da então Presidenta da República, Dilma Rouseff, para uma conversa com os manifestantes.

⁷E.U.B Quilombola Elvira Pires é a escola do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, recebe o nome de uma escravizada e principal matriarca do mesmo.

⁸ Foi colocada uma antena rural de celular, e assim os manifestantes entravam em contato com os órgãos federais.

Figura 3: manifestantes fazendo greve de fome (arquivo Santa Rosa dos Pretos)



Chegada dos representantes do Governo

No dia 27, último dia de manifestação, por volta das 11hrs, a equipe de representantes do Governo Federal chegou ao local da manifestação, entre eles, o secretário do Gabinete da Casa Civil, também representantes da SEPPPIR, do INCRA e da FCP. Era um dia quente, com poucas nuvens, e uma temperatura bem alta, por volta dos 34°, que aumentava ainda mais a euforia do povo. O primeiro passo dado pela equipe foi desamarrar as pessoas dos trilhos.

Naquele momento, a recepção já estava sendo preparada pelos quilombolas. Que quando eles chegaram, os tambores já estavam apostos, daí em diante começou a “brincadeira”, a recepção foi bem calorosa. Lembro-me claramente das pessoas chorando ao verem e sentirem toda aquela força e energia ali presentes, tanto no espaço, quanto nas pessoas – ora era tambor de crioula, ora tambor de mina, ora dança do coco. Foram por volta de uns 50 minutos só de “apresentação” ou protesto. Em um determinado momento, todos pararam de cantar e levantaram as mãos pra cima, fez-se um silêncio por dois longos minutos, até que Anacleta puxou a música:

Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão, as minhas mãos são calejadas meu senhor,
Me falta terra, falta casa e falta o pão, vivo bem longe do Brasil do lavrador,
O meu país é do tamanho de um continente, mais não tem terra pra fazer o seu roçado
De norte a sul, do nascente ao poente, vivo a procura de um lugar pra fazer roça,
Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão, as minhas mãos são calejadas meu senhor,

Me falta terra, falta casa e falta o pão, vivo bem longe do Brasil do lavrador
Só tenho enxada e o título de eleitor para votar no seu fulano educado
Que nada faz pelo pobre agricultor, que não tem terra pra fazer o seu roçado.

Este foi o clímax da manifestação. Na música é possível compreender tudo que há dias àquelas pessoas reivindicavam, “o chão”, o chão e a dignidade. O que queriam na manifestação era simplesmente terem seus direitos respeitados e suas terras de volta.

O dia prosseguiu com a elaboração de uma mesa de discussão em que as pessoas fizeram suas falas, chegaram a um acordo e por fim foi criada a “mesa quilombola”, com representantes do governo, das entidades quilombolas ou de defensores dos direitos dos negros e pessoas dos territórios. A mesma se reúne de forma permanente para tentarem fazer cumprir as reivindicações do povo. Uma série de críticas são colocadas a mesa quilombola e as ações dos órgãos que tiveram presentes nesse dia, continuam lentas. Episódios da luta, como esse evidenciado, mostram que a insistência na fala, na cobrança, ganha força nos tambores que ecoam e lembram a todo instante “quem é você, quem sou eu”.

Considerações Finais

O Tambor de Crioula é um instrumento poderoso nas lutas sociais é acionado em prol de direitos e perspectivas de cidadania negados. É forma de expressão que permite romper silêncios em prol das demandas sociais. Assim como já salientado, é parte principal de um todo, ou como afirma Libânio Pires: ele é “a cereja do bolo”. Ou seja, elemento fundamental no processo de enfrentamento e luta dos territórios e comunidades quilombolas, como Santa Rosa. Podemos pensá-lo como arte negra, que possui um potente elemento antidiscursivo e de liberdade de fala, que se constitui ainda hoje, como pensamos ter se expressado nos tempos da escravidão formal, numa “importante aliada nos processos de luta, rumo à emancipação, à cidadania e à autonomia negra” (Santos, 2001).

Vale salientar a importância do tambor de crioula para os processos de territorialização, pois quando o tambor está sendo tocado numa manifestação, como essa dos trilhos, assume formas distintas de um tambor numa brincadeira; seus toques, suas cantigas expressam a revolta e a indignação a partir de uma linguagem que é compreendida por cada participante e recodificada pelas autoridades. Nesse sentido, Justo Evangelista, quilombola, grande liderança sindical de Itapecuru-Mirim e do movimento negro afirma:

Dá de ver que onde existe um tambor de crioula forte existe um povo forte, onde há uma Mina (religião de matriz africana) forte existe um povo forte, onde a cultura resiste o povo resiste. Então nossa cultura é nossa resistência é nossa força é nosso alimento, onde ela prevaleceu o povo prevaleceu e se sobressaiu, não foge da luta e sempre que é preciso tá junto para lutar e briga por nossos direitos por isso Santa Rosa é referência (Justo Evangelista, entrevista concedida, janeiro de 2017).

É relevante destacar que os tambores nesse processo de enfrentamento são estratégia de luta. Ao invés de levarem armas de fogo, letais ou cortantes contra o corpo humano, e que possivelmente agravariam os conflitos, os quilombolas tocam os tambores como armas letais contra a desumanização, o desrespeito e a expropriação dos povos, atingindo diretamente a subjetividade das pessoas, rumando para um desfecho do conflito que não agrave as situações.

É importante ressaltar a importância que o Tambor de Crioula teve nesse processo de luta e resistência durante esses cinco dias na ferrovia, pois além de aquecer o pessoal que passava a noite ao relento, dava um combustível especial aos manifestantes, trazia o sentido do coletivo, trazia alegria para o povo ali presente. Era uma força inexplicável, algo sentido na fala, no ânimo das pessoas, uma força natural e mística presente num todo. Quando Anacleto nos fala que “o tambor é alimento da alma”, que “ele sustenta o ser”, quando outros nos falam que “até quem tá doente quando escuta o som do tambor, levanta e vai brincar”, entendemos o Tambor como instrumento de fortalecimento e luta dentro do território.

O tambor se constituiu numa possibilidade de enfrentamento que foge da lógica posta para os quilombolas pelas autoridades. Permite falar diante dos camburões, sem se colocar na condição de alvo das armas de fogo. Não se trata do enfrentamento esperado pelas autoridades. Trata-se do enfrentamento não decifrado enquanto tal pela autoridade. Sem o tambor, com certeza, como diz Libânio, já teria acontecido até morte nas manifestações dentro do território.

Referências Bibliográficas

CABRAL, Amílcar – Análise de Alguns tipos de resistência. Lisboa: Seara Nova, 1975.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. **Mineração e violações de direitos: o Projeto de Ferro Carajás S11D**, da Vale S.A. Açailândia: DHESCA/Brasil, 2013.

GILROY, P. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

LUCCHESI, F. **Relatório Antropológico de Identificação do Território Quilombola de Santa Rosa (MA)**. Brasília: INCRA, 2008.

:PIRES, J. **TAMBOR NÃO É SÓ TRADIÇÃO, É TAMBÉM FORÇA E RESISTÊNCIA:** o Tambor de Crioula como instrumento de formação no Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos. Curso de Pedagogia da Terra, UFMA, Bacabal, 2017, 59 páginas.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O Campo se Manifesta A Questão (da Reforma) Agrária. In: **Relatório Conflitos por Terra CPT**, 2014.

PROJETO VIDA DE NEGRO – 10 anos de luta pela regularização e titulação das Terras de Preto do Maranhão. Organizado por SMDDH/CCN em 1998.

BRUSTOLIN, C. ANJOS, J.C.G. SANTOS, D. Um corredor para exportações: o território de santa rosa dos pretos nas v(e)ias abertas da mineração in S'ANTANA JUNIOR, H. TEISSERENC, M.J. BRUSTOLIN, C. **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luis: EDUFMA, 2018.

Recebido em: 02/09/2018
Aprovado em: 20/12/2018